

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0020067



F  
351.75  
G216

CÂMARA DOS DEPUTADOS

LUÍS GARCIA  
Deputado Federal

# SEGURANÇA NACIONAL

Discurso proferido na sessão  
de 17 de julho de 1968

328.32  
G-216

F 328.32  
G216s

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Brasília — 1970

30020067

O SR. LUIS GARCIA — (Como Lider):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os momentos que a Nação viveu nos últimos dias, de apreensão em tórno de crises que se criavam e se iam avolumando, foram, felizmente, ontem desfeitos com a reunião do Conselho de Segurança Nacional, que, analisando os problemas brasileiros e as várias circunstâncias que rodeavam este instante da vida nacional, deu ao Sr. Presidente da República o teor de todo um quadro da nossa vida, possibilitou a S. Exa. tomar a decisão que ontem foi anunciada ao País.

É para fazer constar dos Anais da Casa, Sr. Presidente, e para dar ciência à Nação, desta alta tribuna do Congresso Nacional, que vou ler, em nome da liderança do nosso Partido, a nota que consubstancia a decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, e que é a seguinte:

“O Conselho de Segurança Nacional, órgão de assessoramento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, esteve reunido nos dias 11 e 16 do corrente, a fim de analisar a situação geral do País e sugerir as medidas necessárias à preservação da segurança interna.

Conhecidos os relatórios da Secretaria-Geral do Conselho, e do Serviço Nacional de Informações, e ouvidos os demais conselheiros, ficou caracterizado um quadro no qual a consolidação dos princípios revolucionários de 31 de março de 1964, vem sendo sistematicamente tumultuada pela ação de elementos subversivos e contra revolucionários, cujo objetivo imediato é promover a inquietação social e a perturbação da ordem pública para alcançar a derrubada do regime e a substituição do Governo que tem a missão constitucional de defendê-lo.

As Forças Armadas, cuja destinação é a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, têm sido injustamente ofendidas em praça pública, atingidas nos seus fundamentos estruturais e na sua sensibilidade, pela participação direta na revolução.

O Governo tem contado com o seu apoio patriótico. O seu comportamento exemplar, nas circunstâncias atuais,

F 328.32  
G 216 A

DEPARTAMENTO DE ARMAZÉM NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F154	30/9/70

é a maior garantia de manutenção da ordem e da paz social.

A revolução imprimiu novos rumos ao País. Os efeitos já se fazem sentir. Povo e Governo, irmanados, estão trabalhando intensamente. As dificuldades comuns a todos os povos e as falhas acumuladas em muitas administrações vêm sendo vencidas e corrigidas, através de um planejamento que se acha em execução em todos os setores.

O Brasil atravessava um período de crescente progresso. A taxa de crescimento econômico em 1968 deverá ser superior à de 1967, muito acima da média dos últimos cinco anos. A inflação está sob controle.

No entanto, embora a revolução vitoriosa procure, em alto sentido, a união nacional, o respeito à harmonia dos poderes, a defesa da liberdade e demais direitos fundamentais do homem, a restauração da ordem econômica e financeira, a justiça social, a probidade na administração, a educação sob melhores bases visando ao desenvolvimento, não obstante tudo isto, se tenta combatê-la e destruí-la, para que pereçam os seus ideais.

A atual situação de prosperidade vem sendo deliberadamente ocultada da opinião pública pelo insidioso trabalho de desinformação realizado por elementos infiltrados nos setores formadores dessa mesma opinião.

O Governo, dentro do mais elevado espírito democrático acompanhou, até aqui, esse processo de ataque maciço ao regime e às instituições democráticas, buscando caracterizá-lo com prudência e serenidade. Isto porém, não poderá significar temor ou fraqueza. Pelo contrário: demonstrou seu equilíbrio e boa vontade na análise dos fatos.

Agora, contudo, eles se agravaram e caracterizam, nitidamente, um estado contra revolucionário, que deve ser combatido por todos os meios, para que a Revolução não se frustre.

Assim apreciadas essas circunstâncias, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República decidiu:

1 — Ratificar sua deliberação, já manifestada aos governadores e ao Prefeito do Distrito Federal, de não permitir a realização de passeatas, assim como preservar, em toda a sua plenitude, a ordem pública, a tranqüilidade geral e o respeito à autoridade.

Para isso, os Ministros Militares e o Ministro da Justiça, em coordenação com as autoridades acima, tomarão as necessárias providências.

2 — A qualquer tentativa de retorno à atmosfera de agitação, o Governo não hesitará em adotar, se necessário, as medidas excepcionais previstas na Constituição.

3 — Fazer um apelo aos responsáveis pelos órgãos de comunicação social para que, patrioticamente, cumpram o seu dever de informar corretamente, a fim de que não se convertam em instrumento da desordem e seja mantido o clima de confiança indispensável à tarefa do desenvolvimento.

4 — Reafirmar a sua disposição de atingir os fins e propósitos revolucionários, através da atuação decisiva das Forças Armadas".

É este, Sr. Presidente, o comunicado oficial à Nação que o Sr. Presidente da República dirigiu e que transmito desta tribuna, à Casa e ao País, para que todos se inteirem da responsabilidade do Governo na hora presente, sobretudo, da sua paciência, da sua serenidade na análise dos fatos acontecidos recentemente.

O Governo Costa e Silva, que não é um Governo de improvisos, mas um Governo sereno e sensato, que não procura atingir metas sem um passo seguro e firme, está consciente do seu dever de preservar a ordem pública, garantindo as liberdades individuais.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado Luís Garcia, Vossa Excelência acaba de oficialmente ler dessa tribuna a nota do Conselho de Segurança Nacional após a reunião que começou quarta-feira passada e terminou na manhã de ontem. Nobre Deputado Luís Garcia, a nota não traz para a Nação nenhum aceno quanto ao comportamento futuro deste País, com relação ao seu desenvolvimento ou ao seu plano de trabalho. A nota se fixa somente na parte repressiva. É uma nota profundamente negativa do Governo do Marechal Costa e Silva. Creio que não se pode negar a existência de uma crise profunda na vida brasileira, crise que não é meramente estudantil, através das passeatas nas ruas. Não, é crise econômica-financeira das mais sérias e que tem neste Governo sido um dos elementos de maior preocupação daqueles que estão interessados no desenvolvimento e no futuro deste País. Portanto, nobre Deputado Luís Garcia, deixando de lado qualquer facciosismo: a nota é negativa. Ela não trouxe nenhuma contribuição para relaxar a tensão que permanece neste País.

O SR. LUÍS GARCIA — Respeito, nobre Deputado Raul Brunini, a interpretação que V. Exa. dá a esta nota, como elemento que é dos mais valorosos do Partido opositor, nesta

Casa. Respeito, mas não aceito, V. Exa. me permita, o tom e o sentido negativo que quer dar à nota do Conselho de Segurança Nacional principalmente à decisão do Sr. Presidente da República.

Não é uma nota negativa, pelo contrário, é afirmativa. Afirmativa da autoridade com respeito às liberdades públicas. Afirmativa na defesa das instituições que não podem ser tumultuadas nem desmoralizadas. Afirmativa de um Presidente de uma República democrática que tem na sua investidura o dever de preservar a ordem pública e trazer a tranqüilidade ao País. Afirmativa, nobre Deputado Raul Brunini, porque não se limita a proibir. Não ameaça; pelo contrário, é uma nota de prevenção que traz ao debate da Nação aquilo que ela caracteriza de mais conceitual nos seus fundamentos, isto é, harmonia do Governo com o interesse nacional e o desenvolvimento do País. Provam-no dados irrefutáveis das estatísticas publicadas, que a nota não poderia inserir no seu contexto tão resumido. Ressalta, sobretudo, esta expressão em que S. Exa. diz que, embora a revolução vitoriosa procure, em alto sentido, a união nacional, o respeito e harmonia dos poderes e a defesa da liberdade e demais direitos fundamentais do homem, restauração da ordem econômica e financeira, justiça social, proibidade na administração, educação em melhores bases, visando o desenvolvimento não obstante tudo isso se tenta combatê-la e destruí-la, para que pereçam seus ideais. É uma nota afirmativa até por isso, Sr. Presidente. É uma nota afirmativa, Senhor Deputado, porque acentua a autoridade do Governo para garantir a liberdade pública, para garantir a tranqüilidade do povo, para garantir a tranqüilidade do trabalho e o progresso social. Fala na união das Forças Armadas, não propriamente como instrumento do Governo no sentido de administração direta, mas como instituição cuja destinação é a garantia dos poderes constituídos, da Lei e da Ordem, dessas Forças Armadas que têm sido, injustamente, vilipendiadas, em praça pública. Faz, Sr. Deputado, apêlo aos órgãos de informação para que não se deixem levar por influências outras e não sejam eles veículo de uma propaganda irrefletida e incorreta. É uma nota ponderada, é uma nota de Governo democrático.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado Luís Garcia, Vossa Excelência, se retratou, agora, na interpretação da nota, que Vossa Excelência sim é um homem ponderado é um homem equilibrado. . .

O SR. LUÍS GARCIA — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Raul Brunini — . . . é um homem que mede as palavras, é sem dúvida, um dos melhores companheiros desta Casa.

O SR. LUÍS GARCIA — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Raul Brunini — Mas V. Exa. não pode tirar da nota, primeiro, o tom de intimação, principalmente à imprensa, que nela

é citada várias vezes. Isso é, praticamente, uma advertência à imprensa, como que querendo enquadrá-la no interesse do Governo. Veja bem V. Exa.: há várias passagens na nota, fazendo essas referências diretas à imprensa, dando a entender que a imprensa do nosso País tem sido um elemento de perturbação, de intranqüilidade, divulgando aquilo que não é exato. Quero dizer a V. Exa. que não nos interessa, absolutamente a desmoralização das Forças Armadas. Não. Desejamos que as Forças Armadas cumpram seu papel constitucional, como guardiãs da ordem e da lei, mas não como elemento de primeira linha de pressão e de ameaças. Pois V. Exa. vê, em várias passagens dessa nota primeiro, que ela é negativa; não traz, absolutamente, depois da reunião da alta cúpula governamental do País, pelo menos, rumos, diretrizes, para tranqüilizar a Nação. E isto V. Exa., por mais inteligente e o é por mais brilhante, e o é por mais hábil, e o é, não consegue dissimular.

O SR. LUÍS GARCIA — Muito obrigado a V. Exa. Mas a nota não precisa de interpretação; ela fala por si mesma. Não há ameaça nem intimidação mas um apêlo aos responsáveis pelos órgãos de informação para que a Nação não seja influenciada por um desvirtuamento nas notícias porventura publicadas e se dê ao povo a tranqüilidade indispensável à tarefa do desenvolvimento. Não é ameaça; não é intimidação; é um apêlo que se faz. Mas, como autoridade que se preza, como todo Governo responsável, S. Exa. diz no início da nota que ratifica sua deliberação de não permitir a realização de passeatas, assim como de preservar na sua plenitude a ordem pública, a tranqüilidade e respeito à autoridade. E a qualquer tentativa de retorno à atmosfera de agitação, o Governo não hesitará em adotar, se necessário, as medidas excepcionais previstas na Constituição. Então, o Chefe da Nação acena para o País com uma palavra de serenidade, de ordem, de espírito conciliador e de apêlo, mas, como autoridade que se preza, com a responsabilidade que tem sobre seus ombros, não pode permitir que a desordem continue nas ruas, a intranqüilidade continue invadindo os lares e chegue a parar o trabalho nas fábricas. É ele o responsável por essa ordem pública e, para mantê-la, tem o assentimento do povo, terá o assentimento desta Câmara e do Senado Federal às medidas necessárias e terá o apoio infismável das Forças Armadas unidas em torno do Governo. (*Muito bem*). Isto não é ameaça, mas a preservação da autoridade. Nenhum de nós deseja autoridade desmoralizada e diminuída. Acredito que os senhores membros da Oposição hão de querer uma autoridade consciente, forte, respeitada, dentro dos limites da Constituição. E a nota não exorbita desses princípios, pelo contrário, ela se inclui e se delimita nos princípios constitucionais, porque qualquer medida

que tenha de ser adotada, se a desordem voltar às ruas, há de ser dentro dos limites da Constituição, como diz a nota emitida pelo Governo da Republica. Eu perguntaria a V. Exa.: que de negativo existe nesta nota? Que de negativo existe se o Governo ouviu antes, pacientemente, com serenidade, todos os ataques, todas as agressões nas praças publicas ou nas tribunas, nas passeatas, em toda a parte? Assisti, Sr. Deputado, à ultima passeata no Rio de Janeiro. Fui como curioso ver o povo pacifico, andando pela Avenida Rio Branco, ora cantando, ora batendo palmas. Parecia justa reivindicação estudantil. Aqui e acolá um subia num poste, um dos mais atóitos, e proclamava aquêles que estavam nas circunvizinhanças à derrubada do Governo.

"Vamos derrubar este Governo totalitário e fascista, este Governo entreguista! Hoje somos nós, estudantes, amanhã serão os operários". Tudo isso passou-se em pleno regime democrático, sem que o Governo tomasse contra eles qualquer medida mais forte. Então, o Governo que ouviu, com serenidade, com paciência, todos esses ataques, está hoje plenamente consciente para tomar as atitudes que merece o momento politico. E da nota esta expressão:

"As Fôrças Armadas cuja destinação é a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, tem sido injustamente ofendidas em praça pública, atingidas nos seus fundamentos estruturais e na sua sensibilidade, pela participação direta na revolução. O Governo tem contado com o seu apoio patriótico. O seu comportamento exemplar, nas circunstâncias atuais, é a maior garantia de manutenção da ordem e da paz social. A revolução imprimiu novos rumos ao País. Os efeitos já se fazem sentir. Povo e Governo, irmanados estão trabalhando intensamente. As dificuldades comuns a todos os povos e as falhas acumuladas em muitas administrações vêm sendo vencidas e corrigidas, através de um planejamento que se acha em execução em todos os setores. O Governo, dentro do mais elevado espirito democrático — (Ouçam, Srs. Deputados da Oposição) — acompanhou, até aqui, esse processo de ataque maciço ao regime e às instituições serenidade. Isto, porém, não poderá significar temor ou fraqueza. Pelo contrário, demonstrou seu equilibrio e boa vontade na análise dos fatos."

Isto é prudência, isto é serenidade, isto é Governo consciente e tranqüilo.

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado, é certo que V. Exa. está falando com serenidade. Mas confesso que não vejo aspecto algum de serenidade na nota governamental. Em primeiro lugar,

o apêlo feito à imprensa foi, efetivamente, como aquêlo feito aos governadores de Estados, que não permitissem passeatas, hoje confirmado e ratificado na nota que V. Exa. acaba de ler. Mas, ontem desta tribuna onde V. Exa. hoje se encontra, antes de conhecer a decisão do Conselho de Segurança Nacional, dizia eu que a maior preocupação deste Governo é a liberdade de imprensa. E é. V. Exa. há de convir que a imprensa publicou fotos de estudantes, na Guanabara, sendo pisoteados pela cavalaria, sendo espancados pelos cassetetes; de fotógrafos e jornalistas sendo arrastados para carros da Policia Militar. Essas fotografias, que devem ser publicadas em qualquer imprensa democrática, devem ser aceitas como a retratação da realidade. Entretanto, o Governo se incumbiu de adotar esta fórmula, chamada sueca, que foi levada ao Conselho de Segurança Nacional por altas patentes militares: em troca de uma liberdade consentida um pouco maior, tomasse a imprensa a responsabilidade da autocensura. É precisamente isso que a Oposição denuncia ao País, como mais um instrumento de redução das já reduzidas liberdades democráticas de que destruíamos. Quanto à derrubada de governo, os estudantes não fazem outra coisa senão imitar alguns líderes do partido de V. Exa. que, no governo João Goulart, pregavam a derrubada do governo, que acabou caindo, talvez de podre, como poderá cair este também, Sr. Deputado. Mas a verdade é que os estudantes apenas imitam o que alguns líderes do partido de V. Exa. faziam há quatro ou cinco anos, nesta Casa e até em praça pública. Portanto, esses arroubos da mocidade devem ser perdoados diante dos exemplos dos homens mais velhos que eram mocidade antigamente. Vossa Excelência não deve assombrar-se com isto. E um Governo democrático tem obrigação de ouvir as críticas que lhe são dirigidas. Se V. Exa. compulsar os jornais norte-americanos há de sentir nêles críticas severas, críticas terríveis ao governo do Sr. Lyndon Johnson. V. Exa. acompanhou aquêles acontecimentos lutosos dos Estados Unidos, a baderna, as cidades convulsionadas. Entretanto, porque se tratava de um governo democrático, jamais se pensou em adotar medidas excepcionais, mesmo dentro da Constituição. Veja V. Exa. a diferença que existe entre dois países, um onde há um governo que efetivamente é governo e outro onde há um governo que efetivamente nunca foi governo.

O SR. LUÍS GARCIA — Eu gostaria de dizer a V. Exa. que não se pode, em absoluto, comparar a situação atual com a de 1963 até março de 1964. Ali, as vozes que se levantaram contra o governo eram as da prudência, as da serenidade, as da preservação da ordem pública e da familia brasileira.

Havia uma desordem generalizada. Perdoe-me V. Exa. não gosto de fazer acusação gratuita; não gosto, mesmo, de reviver pas-

sado que não constrói para o futuro, mas, chamado a êste debate, tenho de dizer a V. Exa. que raro era o dia em que não acordávamos sobressaltados, com as greves paralisando os transportes, paralisando o fornecimento de gás, trazendo a intranquilidade à família brasileira, sem saber a que chegariam a os agricultores, no interior do País, com a ameaça de invasões e a prática de invasões, mesmo, de várias fazendas, a titulo de divisão territorial, de reforma agrária à força.

O Sr. Mário Piva — V. Exa. acordou tranqüilo hoje de manhã?

O SR. LUIS GARCIA — Era a intranquilidade generalizada, eram, sobretudo, greves dirigidas. Não eram apelos dos trabalhadores, ou reivindicações dos estudantes, não era a palavra nas praças ou nas tribunas públicas, para pedir ao Govêrno providências. Era a orientação do próprio Govêrno, para que a desordem acontecesse e ao Brasil sucedesse o pior. De 64 para cá, não. As Fôrças Armadas, que foram ao encontro do apêlo da família brasileira, da tradição cristã brasileira, da consciência brasileira, tiveram papel decisivo àquele momento, apoiando as reivindicações da nossa gente. Aquele momento era o povo que exigia a saída do Govêrno, àquele momento eram os estudantes, eram os operários conscientes que não queriam entrar nas greves; eram os comerciantes, os agricultores, os industriais. era tōda a coletividade brasileira a clamar por uma paz social, em que o trabalho produtivo pudesse prevalecer no Brasil.

Hoje, não. Hoje há paz. Hoje há um Govêrno consciente. Há um Govêrno moralizado, que trabalha, que quer levar o Brasil para a frente. E não se justificam os apelos à sua derrubada. Não somos contra as reivindicações dos estudantes, nos seus anseios de melhor vida para o futuro, naquele anseio da juventude, tão justo, por melhor ensino no Brasil, vítima de erros acumulados, que vêm de administração em administração, e que estão estudando agora, fenômeno que não é só brasileiro, mas universal. Estamos, neste momento, recebendo êsses resultados de tōda uma convulsão internacional, da mocidade de todos os países. Que será isto, Senhor Deputado? Será o Brasil? Temos a coragem, temos o senso de respeitar as opiniões dos jovens, que, num mundo como o atual, em que as comunicações são mais fáceis, em que todos participam dos acontecimentos internacionais, se apressem, em tomar parte com o vigor, com o calor da mocidade, nas decisões de hoje, porque o amanhã para êles, pensam, talvez seja tarde. É uma reivindicação justa da juventude. Talvez não estejam os jovens preparados para tanto, mas querem contribuir possivelmente para tirar uma média de opinião entre êles, jovens, e nós, de uma geração que já vai a meio caminho do nosso tempo, e participar ativamente da direção

pública. Respeitemos os jovens nas suas reivindicações por melhores universidades, por melhores estudos, por melhores condições de vida para êles e para o povo e demos a mão aos jovens para com êles formarmos todos um Brasil melhor. Mas não levemos os jovens à agitação, à baderna. Não infiltremos na juventude esse espirito de subversão contra a ordem pública. Levemos os jovens à consolidação da ordem pública por um Brasil melhor, mais sólido, mais seguro, para êles e para seus filhos.

O Sr. Renato Celidônio — Queria observar que V. Exa. mesmo fêz referência elogiosa à passeata a que assistiu no Rio de Janeiro...

O SR. LUIS GARCIA — Perfeito.

O Sr. Renato Celidônio — ... como passeata pacífica em que grande parte da população, ao lado dos jovens, apresentou suas reivindicações. E agora esta nota, que V. Exa. também defende, proíbe as passeatas e impede o direito que está neste instante, defendendo, de que os jovens — como está acontecendo hoje em todos os países do mundo — tragam suas reivindicações, através desses movimentos ordeiros e pacíficos, porque nem todos, como Vossa Excelência assinalou, tiveram caráter de agitação ou de baderna. Neste caso, também êsses estão proibidos.

O SR. LUIS GARCIA — Perfeito. Mas algumas tiveram esse caráter de agitação e de intranquilidade da vida pública — na Guanabara e em São Paulo — e sobretudo de paralisação de sua vida comercial. V. Exa. há de recordar que as próprias associações de classe da Guanabara fizeram um apêlo ao Govêrno estadual no sentido de dar normalidade à vida da Guanabara, porque as reivindicações repetidas, semanalmente, sem mais sentido, davam prejuizo enorme à população carioca. Não somos contra nem a nota é contra as reivindicações estudantis feitas em têrmos justos, equidodos, sem perturbar a vida do país. Mas estavam-se tornando um hábito semanal. E não faltavam os que insuflavam os estudantes para que fôssem às ruas, nas manifestações públicas, às vêzes pacíficas, às vêzes agressivas, mas sobretudo perturbadoras da ordem, da tranqüilidade social e da vida comercial de uma grande cidade.

A nota põe fim a esta demagogia que não constrói. Mas, por outro lado, o Govêrno atende aos estudantes, nomeando um Grupo de Trabalho para estudar suas reivindicações, liberando verbas para as universidades e já tratando, em têrmos efetivos, da reforma universitária no Brasil. Quem não aplaude êste gesto? Quem não está de acôrdo com estas reivindicações estudantis, apoiadas e aceitas pelo Govêrno? Todos queremos que o Govêrno dê aos jovens condições mais condizentes com o momento, com suas

aspirações, para que se projetem, porque serão eles mais tarde os dirigentes do nosso País. O que não se quer, o que não se pode querer, o que um Governo democrático não pode permitir é que, a pretexto de reivindicações, se agite o país de norte a sul, intranquilizando o povo, interrompendo o trabalho, anormalizando a vida pública nacional. Isto o Governo não pode consentir, e nenhum de nós quer. Nós, que temos filhos ou parentes nos vários cursos de estudo no Brasil queremos que eles sejam atendidos e tenham o direito de falar nas suas Universidades aos Senhores Ministros, ao próprio Presidente da República, que recebeu uma comissão de estudantes, informalmente, sem trajes adequados para falar com S. Exa., numa manifestação democrática.

Quem não quer isto, Srs. Deputados? Todos nós queremos. O que não queremos é a desordem, que não constrói e dificulta a vida de todos nós neste País.

O Sr. Josias Gomes — Nobre Deputado, apreciei profundamente a nota serena do Sr. Presidente da República. Acho que esta é a decisão nacional mais acertada para o momento. Toda a Nação vai aplaudir de pé esta nota. Uma coisa, entretanto, precisa ser compreendida. Existe uma profunda contradição entre os próprios elementos da Oposição. Enquanto uns dizem que nada há, que há apenas um movimento natural de reivindicação da mocidade, que há apenas uma reivindicação natural da própria vida nacional em busca de novos horizontes, outros Deputados dizem exatamente o contrário: que há uma crise profunda, na qual o Governo está atolado, precisando tomar providências urgentes e adequadas. De modo que, entre esses dois limites, há uma contradição. Como operar? O setor energético revela, no seu programa, um desenvolvimento extraordinário, mostrando que, de 1964 até hoje, instalou-se mais energia do que de 1500 a 1964. No setor de habitação, só em 1967 foram construídas 260 mil casas, contra 120 mil produzidas nos vinte anos anteriores.

E em todos os setores do programa do Governo está sendo observada uma realização dentro do ritmo previsto. Há uma normalidade. Há um corpo econômico-social que se movimenta em busca de seu destino. Entretanto, evidentemente, há esta reivindicação da mocidade, uma epidemia que se deu no corpo internacional econômico-social. Por toda a parte surgiu esta epidemia. Não se sabe ainda de onde ela surgiu. Sabe-se apenas que dentro da própria Europa terá surgido uma nova filosofia, onde o estado nacional acabou dando lugar ao estado ideológico. Não mais uma França, não mais uma Alemanha, mas uma Europa única, em busca de unificação. Tanto que é um jovem da Alemanha que vai à França para tratar de reivindicações. Não há mais fronteiras. A ideologia é uma só, em busca deste novo modelo, que ninguém

sabe qual será. Há esta inquietação. Temos estabelecido, no Brasil, um processo democrático e por toda parte vemos as democracias ruírem. Não podemos permitir, no Brasil, que venha a enfraquecer-se o nosso processo democrático de vida. Ao Governo cabe tomar medidas necessárias, para defender este nosso processo democrático e não permitir, absolutamente, que um simples fato ocorrido aqui, na Universidade de Brasília, ganhe manchetes em todos os jornais, dando a entender que é um caso monstruoso de inquietação nacional. O jornal tem uma grande função num povo livre. Mas esta grande função pode ser aproveitada para expandir um mal que não existe, uma inquietação que não existe. É apenas desejo de uns tantos dar a entender que esta Nação está sendo sacudida por convulsões sociais, quando isso não ocorre. Basta que um simples padre dê opinião sobre a organização agrária, para que todos os jornais dêem a entender que o Governo não está atendendo ao plano da reforma agrária dentro da normalidade prevista, estabelecida pelo seu programa. É preciso que os jornais compreendam as tensões, transmitam à Nação mais um espírito de otimismo, mais um sentimento democrático, e não dêem a entender que se trata de convulsão social. O apêlo que Sua Excelência fez à imprensa é mais de compreensão, para que ela seja o veículo da aspiração nacional, de otimismo nacional, e não de convulsão nacional. V. Exa. está de parabéns pela maneira como apresentou e explicou a nota, e está sumamente de parabéns o Governo, especialmente o Brasil. Muito obrigado a V. Exa. (*Palmas*).

O SR. LUIS GARCIA — Agradeço o aparte esclarecedor com que ilustrou as palavras que venho pronunciando desta tribuna. E V. Exa. focalizou um ponto muito certo desta inquietação da mocidade no mundo inteiro. Ainda há poucos dias, ouvimos o próprio Líder da Oposição enfocar o problema da mocidade, tanto nos países de civilização ocidental, quanto nos países da cortina de ferro. Lá, como aqui, a mocidade se impacienta, a mocidade quer renovar-se, a mocidade quer colaborar, a mocidade vai às ruas. Lá, como aqui, os Governos tomam medidas preventivas para assegurar a ordem pública e a tranquilidade social.

Quem não conhece os moços? Nós convivemos com eles, como pais, sentados à mesma mesa, ou como mestres, na cátedra. Tenho filhos já em idade política. Tenho jovens alunos universitários. Com eles convivo, sinto o palpitar dessa mocidade, dessa geração nova no querer atuar imediatamente nos destinos do seu município, do seu Estado, do País. Sinto que têm ânsias de renovar, apressadamente, diferentemente de nós, a geração anterior, que pautamos os nossos atos mais medidos, de acordo com o tempo em que formamos o nosso espírito. E conhecendo os jovens em torno da mesa

da família ou da cátedra universitária, sabemos quão justas suas reivindicações e quão justos seus anseios, mas também, muitas vezes, quão sonhadores eles são. Mas respeitemos esses onhos, respeitemos esses anseios generosos. Demo-lhes as mãos, guie-mos, mas guie-mos para o bem, para a construção e não para a destruição e para a desordem.

Por isso, o aparte de V. Exa. focaliza bem o assunto. O apêlo do Presidente da República aos órgãos de informações é feito no sentido de que, com a responsabilidade social que têm, até mesmo com os privilégios de que gozam como órgãos de informação, sejam mais precavidos no informar ao espírito dessa juventude os acontecimentos sociais, no levar para o interior dos lares os fatos ocorridos, no traduzir enfim o sentimento de opinião pública. Não a ameaça, não a intimidação, mas um apêlo, como se fôsse um apêlo de pai de família, como Chefe da Nação que ele é, aos órgãos de informação do País a fim de que dêem verdadeiro conteúdo às notícias, conteúdo verdadeiro no sentido sereno para que não se ponha mais lenha nas fogueiras que os agitadores acendem nas ruas. A mocidade precisa ser preservada desses que se aproveitam dos seus anseios justos para atacar às instituições, para tentar mudar a face do regime, para derrubar o Governo.

Os jovens, não. Eles querem é melhoria de vida. Os verdadeiros estudantes querem melhorar as universidades, melhorar o ensino, mas os agitadores — aqueles que, se não fôsse assim, não seriam agitadores, aproveitam-se das circunstâncias, partidários, como são, de uma revolução violenta — valem-se desse mecanismo das instituições, das garantias da liberdade de movimento da mocidade para se infiltrar no meio dos jovens que são sonhadores e deturpar seu movimento, procurar tirar proveito de uma reivindicação justa da juventude.

Por isso, a nota do Sr. Presidente da República é uma nota de autoridade. E não poderia deixar de ser, porque é o chefe da Nação responsável pela segurança nacional, responsável pela tranquilidade dos lares brasileiros. Dizia eu também que a nota, além de apresentar esse aspecto de serenidade, esse aspecto de prudência, esse aspecto de apêlo, é afirmativa, porque fala no desenvolvimento porque o Brasil passa. E, o Brasil precisa de paz para acelerar esse desenvolvimento que a mocidade tanto reclama.

Sr. Presidente, tenho aqui alguns dados para mostrar que a nota do Sr. Presidente da República é afirmativa e vem trazer ao povo a consciência de um trabalho construtivo. O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral publicou dados a respeito de como se comporta o produto interno bruto no Brasil nestes últimos anos. Vejamos: em 1960, 6,7%. Em 1961, 7,3%. Justamente naqueles períodos em que a industrialização do Brasil se acelerou

por processo natural do desenvolvimento decorrente da 2ª Guerra Mundial, em que haveria de ser aqui não só o mercado consumidor, mas o centro produtor para esse grande mercado. Em 1962, baixou para 5,4%. Em 1963, o ano de maior anarquia por que passou o País, de maior descontrôle da vida pública nacional, de maior desorganização de toda a vida, seja industrial, seja agrícola, seja comercial, baixou para 1,6. Era este o quadro que se apresentava no Brasil em 1964, quanto ao produto interno bruto. A revolução de março de 1964 conseguiu, em apenas alguns meses, repor para 3,1. Passou, em 1965, para 3,9; em 1966 para 4,4 e em 1967 para cerca de 5.

O Sr. Mário Covas — Permite um aparte. Veja que não é um resultado consagrador. V. Exa. compara com o ano de 1963, que, no entender de V. Exa., foi o ano de maior anarquia, mas não compara nem mesmo com 1962 ou 1961. A revolução, depois de quatro anos, não conseguiu atingir o resultado de antes de 1962.

O SR. LUÍS GARCIA — Tal a desordem organizada, àquele tempo.

O Sr. Mário Covas — Vamos admitir a desordem organizada em um ano. Este Governo e o anterior não foram capazes ainda, em quatro anos, de repor as coisas em seus eixos. Não conseguiram atingir sequer os índices de 1962 e de 1961. Mas que resultados são estes? Se aprofundar esses resultados, V. Exa. há de ver que, no melhor ano, este aumento do produto interno bruto ocorreu em função de fenômenos de natureza sazonal, em função de uma grande safra de produtos agrícolas, ocorrida inteiramente à revelia do Governo.

Se V. Exa. quer provas disso, procure nos jornais de hoje uma declaração do Presidente da Federação da Agricultura, que diz exatamente que há quatro anos a agricultura vem sofrendo uma guerra de parte do Governo. E, no entanto, V. Exa. apresenta esses dados como um resultado excepcional. Está aí o Deputado Sérgio Cardoso, profundo admirador da Revolução, que chegou a sugerir, ontem, o nome do Sr. Roberto Campos para *fac totum* deste Governo, a atestar diariamente com os seus discursos a situação por que passa a agricultura. Todavia, ainda foi ela a grande responsável por este índice, oferecido, em papel muito bom, pelo Ministério do Planejamento, mas que nos leva a esta conclusão: se depois de quatro anos deste moralizador, deste racional, deste profundamente renovador governo revolucionário ainda não se atingiu sequer aquilo que em 62 ocorreu em relação ao nosso produto interno bruto, veja V. Exa. portanto, que não se trata de um resultado altamente estimulante.



O SR. LUIS GARCIA — Agradeço o aparte de V. Exa. que, embora de conceitos diferentes dos que venho emitindo, é respeitável, sobretudo pela inteligência do ilustre Deputado, pela sua cultura e pelo bom trato que a todos dá nesta Casa.

Mas chamo a atenção da Casa e de V. Exa. para o seguinte: era tão desorganizada a vida pública brasileira em 1963 — o índice de inflação iria atingir a 140%, segundo as previsões, porque era de mais de 80 já em março — que o Governo revolucionário teve trabalho intenso para repor as coisas em seus lugares, para organizar a produção. A produção fabril estava desorganizada, a produção agrícola também. O desânimo era geral. Ninguém acreditava mais em providências governamentais. E o Governo vem, paulatinamente, conscientemente, dando sentido novo à administração.

O Sr. Mário Covas — Permitiria um aparte, em vista a citação feita por V. Exa.? Dou a essa previsão de 140% o mesmo crédito — o mesmo, Sr. Deputado — que à previsão feita para aquele ano pelo Governo revolucionário, que, em documento chamado Plano de Ação do Governo, determinava que, naquele ano, ainda atingiria a 25% o aumento do custo de vida. O que se verificou foi que, no final do ano, atingiu a 80%. Portanto, deu à previsão de 140% o mesmo crédito que à previsão dos 25%, que, no final, se tornaram 80%. Mais do que isso, Sr. Deputado, se V. Exa. compulsar os dados de então, verá que, nos três primeiros meses de 1963, o valor não atingiu a 80%. V. Exa. verificará isso. Há um erro na afirmação de V. Exa.: não havia esse valor de 80%.

O SR. LUIS GARCIA — Responderei, depois, a V. Exa.

O Sr. Euclides Triches — Nobre Deputado, verifica Vossa Excelência que até os números são contestados. Quando a Revolução apresenta um resultado positivo, afirma-se que é por uma circunstância sazonal, ignorando-se o que todo agricultor brasileiro sabe e afirma, como eu constatei há poucos dias no Rio Grande do Sul: que a implantação de um crédito flexível, por parte do Banco do Brasil, está facilitando extremamente a vida do agricultor, fato incontestado e ao qual se deve atribuir, em parte, esse aumento da produção agrícola citado há pouco pelo Líder Mário Covas. Nobre Deputado, além desta medida, há outras, positivas, da revolução que se procura negar. Comparações são feitas com relação a 63. Mas temos dados neste Governo, que, tendo encontrado 14 mil quilômetros de estradas asfaltadas, está conduzindo o Ministério dos Transportes no sentido de quase duplicar essas estradas. Em números, acrescentará mais 9.500 quilômetros de estradas asfaltadas. A Marinha Mercante, que encontrou com 800 mil toneladas, deverá elevar para 1 milhão e 600 mil, exata-

mente o dobro. Como vê V. Exa., a Oposição até os números nega, e procura, dentro do seu papel, esconder os lados positivos deste Governo. Mas, voltando à nota ontem emitida pelo Conselho de Segurança Nacional, entendo que ela foi de uma serenidade absoluta e de uma oportunidade total, porque, de fato, está em consonância com aquilo que a maioria do povo brasileiro deseja. Nestes movimentos estudantis, foram apresentadas reivindicações que não podemos negar. Não podemos negar que a estrutura educacional brasileira precisa ser melhorada, modificada. E tanto isto é verdade que o Governo instituiu um Grupo de Trabalho para tratar do assunto, com prazo bastante curto. Mas, por outro lado, alguns líderes estudantis vêm para os jornais, as revistas, os periódicos, e declaram que o seu objetivo é a derrubada do regime.

Quem nesta Casa não lê declarações desta ordem? Contra estas o Governo tem obrigação de publicar uma nota, para a tranquilidade do Brasil, daqueles que querem trabalhar e produzir. Não é possível que um governo não tenha força para manter a ordem e a tranquilidade para todos os brasileiros que querem trabalhar. A nota governamental foi muito serena, muito ponderada. Não levanta ameaça alguma. Apenas afirma que o Governo está seguro e saberá cumprir a sua obrigação.

O SR. LUIS GARCIA — Obrigado pelo aparte de V. Exa., que vem esclarecer tantos pontos controvertidos deste discurso, mas que vem confirmar a realidade dos fatos apontados e indicados pelos números que se fundam em dados da própria Fundação Getúlio Vargas, que não é órgão do Governo, mas fornece elementos para que o Governo dê à Nação estatística certa.

O SR. PRESIDENTE (*Milton Reis*) — Nobre orador, a Mesa comunica que faz 55 minutos que V. Exa. se acha na tribuna. Como V. Exa. dispõe de uma hora, na qualidade de líder, restam-lhe apenas 5 minutos.

O SR. LUIS GARCIA — Apenas, Sr. Presidente, pediria tolerância, porque, dado que não há número para votação, não estamos perturbando, talvez o andamento dos trabalhos da Casa. Estou, em nome do Governo e da Liderança do meu Partido, fazendo à Nação uma comunicação oficial tão oportuna, tão necessária, tão justa para o momento atual.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a V. Exa. que ela mesma aprecia a oração que V. Exa. profere. Mas tem a declarar-lhe que, na oportunidade da Ordem do Dia, farão uso da palavra os nobres Líderes Mário Covas e Ernani Sátiro, como requereram.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, cabe a V. Exa., evidentemente, disciplinar os nossos trabalhos. No entanto, não quero, absolutamente, que a minha solicitação para falar hoje constanja

o tempo destinado ao Líder da Maioria, até porque, para explicar essa nota, precisará de mais tempo do que de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (*Aroldo de Carvalho*) — V. Exa., em virtude de declaração do Líder Mário Covas, disporá do tempo de que necessitar para terminar o seu discurso.

O SR. LUIS GARCIA — Agradeço a gentileza do Líder Mário Covas. Êle, que é um espírito moço e que talvez represente, sem o saber, êsse fulgor de mocidade que invade todo o universo, êle aqui é um ponto de referência para todos nós, respeitado na sua atuação, embora dêle divirjamos, sempre orientado para o bem público. Agradeço ao Líder Mário Covas.

O Sr. *Paulo Maciel* — Sr. Deputado Luís Garcia, tenho certo receio de ser retardatário no aparte que dou a V. Exa., uma vez que volto ao assunto tipicamente econômico-financeiro. Gostaria de chamar a atenção, que na análise econômico-social de um povo não é válida mesmo quanto ao aspecto mais exclusivo econômico-financeiro encarar-se somente o Produto Nacional Bruto e a renda *per capita*. O destaque a êsse ponto de vista acentuou-se no Brasil com a ortodoxia cepliana e que, como tôda ortodoxia em ciência, peca por certo convencionalismo. Aceito, porém, no momento ficar nos termos do debate, isto é, apreciando a sonegação do Produto Nacional Bruto. Gostaria de chamar a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que, na época em que o PNB foi o máximo, estava-se processando ao máximo o fenômeno da substituição de importações, quando, hoje, o programa imposto seria outro, aliás, está sendo outro. Hoje procura-se definir os pólos de realizar a complementação de investimentos interiorano. Em segundo lugar, há a caracterizar que êsse processo foi feito com certo erro porque deu origem, através da taxa cambial favorecida, à ociosidade de capital, que falseia, hoje, a realidade econômica brasileira, tornando o desemprego mais avultado. Além disso, há outra característica a analisar. Naquela época, na balança de pagamentos, no item corrente que se considera para esta análise do produto nacional há um *deficit* enorme e é contrapêso do Produto Nacional. Na verdade, tivemos tremendo *deficit* em todo aquêle período. Ainda há mais a acrescentar: certas produções, feitas sob alta proteção tarifária, foram realizadas sob preço excessivo, e, em boa técnica econômica, tinham de ser reduzidas, também em apreciação do produto nacional. Houve uma redução do poder de compra real sofrido pelas comunidades. Tudo isso deu características a essa inflação que se gerou na taxa cambial, falsa na emissão avolumada nas tarifas inadequadas, além dos excedentes de café e açúcar. E na hora em que se quer corrigir, é incrível que a oposição solicite pressa, porque se houvesse essa precipitação, a taxa de juros pas-

saria a ser positiva, e a indústria nacional entraria em crise maior que aquela em que entrou com o modelo de uma inflação gradualista. V. Exa. tem razão, prezado líder. Os passos foram dados para as medidas corretivas e para modernizar a organização econômica. E, naturalmente, a seqüência de dias melhores é de se esperar.

O SR. LUIS GARCIA — Agradeço a brilhante colaboração de V. Exa. ao meu discurso. Digo que alinharei dados que vêm ao encontro de sua afirmativa. Não me deterei apenas no produto interno bruto, mas mostrarei à Casa como, ao invés de praticar aquela política econômica que muitos chamam de pólos de concentração e outros chamam de manchas, em que êsses pólos concentram a economia para depois transbordar para outras regiões, em que essas manchas, concentrando a economia de uma região, só permitem a evolução de outras quando elas se completam. sazõnem, o Governo vem dando atendimento geral a tôda a Nação, na sua *infra-estrutura*, nos seus meios de transporte, na satisfação das reivindicações das mais diversas regiões, ora consolidando a SUDAM, para atender ao extremo Norte, à grande Amazônia, ora consolidando a SUDENE e dando mostras, naquele IV Plano Diretor, de que sua filosofia é a de evitar o desenvolvimento que vem atingindo determinadas áreas da própria região, ora criando a . . . . . SUDECO, no Centro-Oeste do País, para atender a uma região que precisa de incentivos fiscais para seu desenvolvimento, ora acorrendo às regiões meridionais do País.

O Governo, portanto, não vem tratando de uma política de pólos econômicos, mas, sim, de uma política econômica mais certa, em um país como o nosso, que é o atendimento de suas várias áreas, criando mercados novos, criando condições de vida e de consumo em tôdas as regiões do País. Porque seria muito fácil a concentração, como se deu há algum tempo, em regiões mais industrializadas e aí dar uma vida melhor aos seus habitantes seria fácil ao Brasil pegar uma pequena mancha do seu território e aí dar indústrias, dar universidades, dar comércio melhor e melhor nível de vida.

Mas o que o Governo vem fazendo é o atendimento às várias regiões do País, nos trabalhos de *infra-estrutura* que vem realizando, e que passarei a demonstrar daqui a pouco.

O Sr. *Cardoso de Almeida* — Citado nominalmente pelo Líder da Minoria, o brilhante Deputado Mário Covas, fiquei inclusive orgulhoso de que êle tenha reconhecido que tenho sido, aqui, um defensor dos agricultores. O meu galardão é que todos vêm reconhecendo a minha luta em prol da agricultura. Mas, na realidade, o líder agrícola, no Brasil, tem de reclamar sempre contra

o Governo, porque este Governo e todos os anteriores nunca compreenderam bem os problemas da agricultura, que se traduzem em questão de preço.

O SR. LUIS GARCIA — Reclamar contra o Governo não. Reclamar medidas do Governo.

O Sr. Cardoso de Almeida — Tem de reclamar medidas do Governo e reclamar contra a orientação em matéria de agricultura. Mas, neste Governo da revolução, tôdas as reclamações que a lavoura faz subentendem o reconhecimento de que o que havia antes foi sempre muito pior. É prova disso, de que a orientação anterior era nociva, péssima, caótica, é que os Srs. Nelson Maculan e Renato Celidônio empreenderam a Marcha da Produção contra a orientação anterior nos problemas da agricultura. E também o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, a que o ilustre Líder da Minoria se referiu agora e que disse da péssima situação da agricultura nestes últimos 4 anos, foi um dos organizadores da "Marcha da Família", contra a desordem e os caos que imperavam na época. Uma coisa é verdade: com esse Governo da revolução os agricultores podem reclamar — e continuarão reclamando — porque a descapitalização feita na agricultura por causa da industrialização do País tem sido uma constante. Mas, na realidade, há tranqüilidade e sossêgo no campo. E, no cômputo geral, estes governos estão levando o País a uma reconstrução evidente. Agora, existem focos de revolução, focos de quem quer perturbar a ordem. Existem mesmo. E esses é que deviam ser combatidos para que o País pudesse resolver a sua situação e o Governo resolvesse o problema da agricultura. E, aproveitando esse aparte, quero dizer que não sou eu que posso acusar, nem acho que sejam o Conselho de Segurança e a Censura que devem resolver. Mas gostaria que a Câmara Federal fizesse representar aqui, na Câmara Federal, peças como "Roda Viva" e a "Primeira Feira Paulista", duas peças que estão sendo levadas, no momento, em São Paulo e que são verdadeiros atentados à moral pública, um atentado a tudo quanto pode existir na cabeça de um bom brasileiro, no caráter brasileiro, no patriotismo de um brasileiro. Essas peças deveriam ser representadas aqui para os Deputados, com toda a família, para que pudessem ver se, na realidade, não existem focos de provocação da revolução e de desmoralização das instituições neste País. Acredito mesmo que estejamos em perigo. Só mesmo quem assistiu a essas duas peças em São Paulo poderá sentir o que foi aquilo. Mesmo sendo um homem da Oposição, repudiará, pela sua formação moral e pelo seu caráter, esses focos de agitação que existem.

O SR. LUIS GARCIA — Obrigado a V. Exa. pela colaboração que deu ao meu discurso. Neste momento, quero interpre-

tar um dos pontos do aparte de V. Exa. para fazer minhas aquelas palavras dos Deputados Euclides Triches e Paulo Maciel, quando trouxeram à luz argumentos que deixam por terra aqueles expêndios pelo Líder Mário Covas, sobretudo ao recodar que o Governo permitiu a destinação de 10% daqueles depósitos que os bancos particulares são obrigados a fazer no Banco Central para aplicação na lavoura e na pecuária. Os bancos haveriam de depositar essas importâncias, esses percentuais, sem juros e o Governo permitiu-lhes a aplicação a juros de 12% ao ano, com um máximo de 18%, para atender, em prazo até 24 meses, aos agricultores e aos criadores. Tudo isso é trabalho do Governo, tudo isso representa medida administrativa, que não é eventual ou imprevista. São medidas que vêm dar condições ao agricultor e ao criador para melhoria do seu padrão de vida e da sua produção. Eis o que queria dizer em resposta ao nobre Líder da Minoria. A comparação no que toca ao produto interno bruto não é apenas esta que vou fazer — é um dos dados que trago. Desejo, também, significar que a desordem era tanta naquele tempo que o Governo precisou de muito tempo, de alguns anos, para pôr a casa em ordem, dar estabilidade à vida do País, e propiciar um desenvolvimento seguro.

O Sr. Pereira Pinto — Nobre Deputado Luís Garcia, não quero absolutamente discutir neste momento, porque seria muito longo, a realidade brasileira. Acredito, passando superficialmente pelo assunto, que o Governo revolucionário, dentro desses 4 anos, não diminuiu o índice de analfabetos, não aumentou a produção industrial nem agrícola, não diminuiu o êxodo rural, porque, até o momento, não teve capacidade para isso. Não quis investir dentro da realidade. Minha pergunta então a V. Exa. é a seguinte: Por que o Governo Federal diminuiu de 11 para 7% o orçamento da educação?

O SR. LUIS GARCIA — V. Exa. sabe que os orçamentos da República, em matéria de educação, não atenderam nunca às necessidades desse setor no Brasil. Com a liberação das verbas para a educação, com a criação do Grupo de Trabalho para a reforma universitária, com a soma de recursos que o Ministro da infra-estrutura nacional neste ponto; pelo contrário, tem êle proque a educação é, hoje, um dos pontos primaciais da administração pública com vistas ao desenvolvimento — o próprio Governo responde ao aparte de V. Exa. Não se descurou êle dos pontos a que aludiu V. Exa. da tribuna. Pelo contrário, se V. Exa. consultar os dados, verá que, em energia elétrica, o Governo já inaugurou, só em 1967, mais de 700 mil kws. — 10% ais do que toda a energia existente — e 5.000 km de linhas de transmissão. Em 1967, construiu dois mil kw de estradas, dos quais, mil pavimentados; duplicou a Via Presidente Dutra. Na Marinha Mer-

cante, mais de 1.000 embarcações em construção se encontram; houve um aumento de 30% da capacidade de carga, a recuperação de cabotagem com 32 navios. Aumentou as participações nos fretes internacionais, com a modernização da Marinha Mercante. No setor habitacional, 160 mil unidades foram contratadas, contra 120 mil em 26 anos, investindo-se oitocentos milhões de cruzeiros novos nesse importante setor. O Governo não se descurou da infraestrutura nacional neste ponto; pelo contrário, tem êle procurado atender a todos os setores para chegar a um desenvolvimento harmônico e completo. Se V. Exa. analisar também os investimentos privados, verá que, no Brasil, atualmente são um dado positivo para a administração federal, pela tranquilidade com que todos trabalham, pela segurança dos investidores, pela paz social existente. Verá, ainda que, em educação, os investimentos privados são de 25% superiores aos anteriormente existentes. São dados altamente positivos. Se V. Exa. examinar a parte educacional, no País, notará que acima de 600 milhões foram empregados em aumento de matrículas. Foram realizadas obras de modernização dos principais portos de construção de terminais especializados, de sal, de açúcar e, inclusive, de petróleo, como ocorreu no meu Estado, onde já está concluído, esperando apenas a presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República para a inauguração. Veja V. Exa., na parte de saúde, no combate à malária foram detetizadas 3,4 milhões de casas e feitas 6 milhões de vacinas. Agora mesmo o Governo está com seu plano de interiorização da Medicina, para levar ao homem do interior, faminto de saúde pública, de auxílio do poder público, o médico, o enfermeiro e o medicamento de que precisa. Verá V. Exa. que são dados positivos de infraestrutura nacional, que não podem ser obscurecidos pelo fervor, pelo ardor da Oposição.

Ainda mais: se V. Exa. analisar os índices do aumento de custo de vida, verá que, principalmente na alimentação, os preços dos atacados estão diminuindo sensivelmente. Vou mencionar os dados da Fundação Getúlio Vargas. Em 1964, o índice de 86,6% — se não fôsse a revolução, seria de 145%; em 1965, 45,4% no geral, e 31,7% no geral, e 40,2%, em alimentação; em 1966, 41,1% no geral, e 40,2%, em alimentação; em 1967, 24,5% no geral, e 14,1% em alimentação. Observamos que, quanto aos preços por atacado, baixou êsse índice de 93,3, em 1964, para 21,7% em 1967. São, friso, dados positivos, irrefutáveis, que não se inventam. São da Fundação Getúlio Vargas.

Agora verificará V. Exa. ainda que, em 1968, os investimentos de habitação são da ordem de um bilhão e meio; em energia elétrica, de 1 bilhão e 600; em rodovia, de 1 bilhão e meio. O BNDE está aplicando 930 milhões o que equivale a um aumento

de 34%. A SUDENE e a SUDAM, em incentivos fiscais, estão aplicando 700 milhões êste ano, ou seja, mais 40% do que no ano anterior. Em petróleo, estão sendo aplicados 700 milhões, na Marinha Mercante, 260 milhões; em comunicações, 400 milhões; em ferrovias, 200 milhões; em minério de ferro, 200 milhões; em educação, 850 milhões; e, em ciências tecnológicas, 150 milhões, além do que se aprovou aqui no IV Plano Diretor da SUDENE.

São, reitero, dados positivos no tocante à infra-estrutura nacional, sem a qual o desenvolvimento do Brasil não se faz a passo seguro e firme.

Aliás, para que a Casa tome conhecimento dos dados oficiais que traduzem a situação que estou descrevendo, vou deixar insertas, no meu discurso, as publicações do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que veiculam, de forma ordenada êsses esclarecimentos. São as seguintes:

*Evolução dos Preços*  
Janeiro/Dezembro (%)

ANO	Custo de Vida — GB		Preços por atacado
	Geral	Alimentação	
1964 .....	86,6	75,9	93,3
1965 .....	45,4	31,7	28,3
1966 .....	41,1	40,2	37,4
1967 .....	24,5	41,1	21,7

1967 — alguns números

Habitação

— 160.000 unidades contratadas (contra 120.000 em 26 anos)

— NCr\$ 800 milhões

Rodovias

— 2.000 km construídos

— 1.000 km pavimentados

— Duplicação da Via Dutra

#### Marinha Mercante

- Mais de 100 embarcações em construção (30% de aumento na capacidade de carga)
- Recuperação da cabotagem (32 navios)
- Aumento da participação nos fretes internacionais
- Modernização
  - Energia Elétrica
  - Mais 700.000 kw (10%)
  - 5.000 km de linhas de transmissão
  - Investimentos privados
  - CDI mais 25%
  - Sondagens conjunturais altamente positivas
- Comunicações
- Acelerado o plano
- Saúde
- Malária — 3,4 milhões de casas dedetizadas
- Variola — 6 milhões de vacinações
- Educação
- Acima de NCr\$ 600 milhões
- Aumento de matrículas
- Portos
- Obras nos principais portos (modernização)
- Terminais especializados, sal, açúcar, etc.)
- Ferrovias
- NCr\$ 200 milhões em 67 (Investimentos)
- 120 carros novos nos subúrbios (mais 30.000 passageiros por dia)
- Custo do dinheiro
- Redução para 2-21/2%
- Trabalhadores
- Bolsas de estudo para filhos de trabalhadores — PEBE — 110 mil (contra 24 mil em 1966).

O Sr. Paulo Campos — Nobre Deputado, percebe-se que o tema central do pronunciamento de V. Exa. é o esforço de mostrar aspectos positivos da nota do Conselho de Segurança Nacional. Não há como negar, porém, nobre Líder, que essa nota, ao contrário, encerra um sentido profundamente intranquilizante. Diz ela em seu início: "Reuniu-se o Conselho de Segurança Nacional para fazer uma análise da situação geral do País". Ora, há cerca de

uma semana, praticamente, a Nação vive um clima de grave expectativa gerado, não pela imprensa a quem o Governo, dizendo que apela, solicita transmita notícias mais tranquilas, mas gerado por declarações de figuras do mais alto nível do próprio Governo. Termina a nota afirmando que reafirma o Governo que deseja atingir os fins e os propósitos da Revolução "através das Forças Armadas". Que significa isto para um País que está sob um regime dito revolucionário? Quando se fala em revolução, a expectativa normal só pode ser de uma transformação substancial de estruturas. Então depois de reunido o órgão que hoje tem a missão de definir os objetivos nacionais, surge uma nota em que se diz que são reafirmados os propósitos e fins da revolução, que deverão ser atingidos através das Forças Armadas". Na verdade, aí há uma grave ameaça, ainda mais porque, justamente quando esses movimentos populares, que tanto impressionaram o Conselho de Segurança Nacional, tomaram um engajamento popular, numa extraordinária manifestação do espírito e da capacidade de ordem do povo, através de um sistema pacífico de manifestações que a Constituição permite, vem o Governo e os proíbe. Nesta hora, o Governo está infringindo a sua própria Constituição que assegura o direito de ir e vir e de manifestação de pensamento. O Governo declara que quer atingir os propósitos revolucionários através das Forças Armadas. Não é possível, em nenhum conceito histórico e sociológico, atingir os objetivos de uma verdadeira revolução através das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (*Matheus Schmidt*) — Nobre Deputado, lamento informar a V. Exa. que seu tempo está ultrapassado de 15 minutos.

O SR. LUÍS GARCIA — Agradeço a V. Exa., discordando embora da interpretação dada à nota.

O que a nota diz é de um sentido objetivo muito claro. Agora, para atingir esse desenvolvimento, Governo e povo unidos — as Forças Armadas com base para esta ação governamental — não permitirão a desordem no Brasil.

Quais os fins? O desenvolvimento. Quem está com o desenvolvimento? O Governo e o povo. As Forças Armadas, na preservação da ordem pública, irão garantir que o Governo atinja os objetivos e fins revolucionários.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu, aqui, trazendo, esta comunicação à Casa e à Nação, em nome da Liderança do meu Partido e do Governo, congratulo-me comigo mesmo por esta serenidade de nota governamental por esse entrosamento tão perfeito do Governo com esta ansiedade popular pelo desenvolvimento. E creio não haverá quem negue ao Presidente da República a serenidade,

a prudência, o espírito democrático, sobretudo para reagir àquelas insinuações que tantas vêzes se fizeram, inclusive neste plenário, e se fizeram através do Brasil inteiro, para que S. Exa. fôsse forçado a implantar um regime ditatorial no Brasil. Não eram os homens do Governo, não eram aos homens da ARENA, mas àqueles mesmos aos que convinhão a convulsão nacional, que interessava uma ditadura, que teria como resultado a união de todo o povo, tão forte é a nossa índole democrática. Mas o Governo reagiu a tudo isso e soube, com serenidade, esperar para tranquilizar a Nação, porque o Brasil precisa é de paz para o trabalho.

Espero, Sr. Presidente, que a Oposição, dentro do âmbito constitucional que leh é permitido, dentro do arroubo natural de quem faz oposição a um sistema de Governo ou ao próprio Governo, continue na sua luta pelo aprimoramento das instituições democráticas, que estaremos também ao lado da Oposição neste setor, luta, através das reivindicações dos estudantes e do povo brasileiro, pelo aperfeiçoamento, cada dia maior da vida democrática em nosso País. Com a Oposição estaremos de braços dados para isso. Mas, estamos com o Governo na preservação da ordem pública, na manutenção da tranqüilidade social, sobretudo no aplauso a esta nota serena e tranqüila, que revela o homem de estado que é o Presidente da República. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOAQUIM MACEDO  
Deputado Federal

10.º ANIVERSÁRIO DO  
ACRE - ESTADO

Discurso proferido na sessão  
de 19 de junho de 1972

B0026898

F  
928.132  
M 541 d